

RESTART

CARGO

PROVA

SOLDADO DE 3ª CLASSE

B

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Prezado(a) Candidato(a),

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 50 (cinquenta) itens, ordenados de 1 a 50, com alternativas de A a E; sendo que apenas uma alternativa é correta. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala as providências cabíveis.

2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.

3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.

MARQUE ASSIM



NÃO MARQUE ASSIM



4. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação.

5. No momento da identificação, o(a) candidato(a) deverá escrever, no espaço apropriado do cartão-resposta, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

DIGA NÃO À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA.

6. A folha de texto definitiva da Prova Discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter em outro local que não apropriado qualquer palavra, desenho ou marca que a identifique, sob pena de anulação. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinada a transcrição do texto definitivo acarretará na anulação da prova do(a) candidato(a).

7. No momento da entrega da Prova Discursiva o(a) candidato(a) deverá realizar o destaque da filipeta na presença do fiscal de sala, o qual receberá tanto a prova discursiva quanto a filipeta correspondente.

8. Somente será corrigida a Prova Discursiva do(a) candidato(a) que atingir a pontuação mínima para aprovação na prova objetiva, conforme especificado no item 6.3.2 do edital.

9. O tempo máximo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento do cartão resposta, contadas a partir da autorização dada pelo Fiscal de Sala.

10. O(a) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e do local de prova, não podendo mais ir ao banheiro.

11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.

12. O(a) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, 15 minutos antes do término da prova.

13. O não cumprimento a qualquer uma das instruções deste caderno e do edital no 005/2016 poderá implicar na anulação da sua prova.

14. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas transferidas para o cartão-resposta.

15. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do gabarito, que estará disponível no site <http://www.funrio.org.br>

Língua Portuguesa

TEXTO I

Cidadania: Lei Maria da Penha completa 10 anos

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340), sancionada em 7 de agosto de 2006, completa dez anos de vigência. Ela foi criada para combater a violência doméstica e familiar, garante punição com maior rigor dos agressores e cria mecanismos para prevenir a violência e proteger a mulher agredida.

Desde 1988 a Constituição brasileira já trazia o princípio da igualdade entre homens e mulheres, em todos os campos da vida social. O artigo 226 diz que “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

A inserção desse artigo atribui ao Estado a obrigação de intervir nas relações familiares para coibir a violência, bem como de prestar assistência às pessoas envolvidas. No entanto, os casos de violência contra a mulher eram considerados de menor potencial ofensivo e a punição dependia muito da interpretação do juiz.

Até 2006, havia um massivo arquivamento de processos de violência doméstica. Eram comuns casos em que agressões físicas foram punidas apenas com o pagamento de cestas básicas. Ou ainda, situações fatais, em que o agressor mata a mulher e tem sua responsabilidade diminuída: a mulher cometeu adultério e o marido acaba sendo absolvido na Justiça por estar defendendo a sua honra ou o assassino que cometeu “um homicídio passionai” por ciúmes não é devidamente penalizado.

Nesse contexto, muitas brasileiras não denunciavam as agressões porque sabiam que seriam ignoradas pelas autoridades e os companheiros não seriam punidos. Outros fatores também contribuem para que a mulher não consiga sair da relação com o agressor: ela é ameaçada e tem medo de apanhar de novo ou morrer se terminar a relação, ela depende financeiramente do companheiro, tem vergonha do que a família e amigos vão achar, acredita que o agressor vai mudar e que não voltará a agredir ou pensa que a violência faz parte de qualquer relacionamento.

A Lei Maria da Penha, amparada no artigo 226 e em acordos internacionais, altera o Código Penal e aumenta o rigor nas punições para agressões de pessoas próximas. A lei tirou da invisibilidade e inovou ao tratar a violência doméstica e de gênero como uma violação de direitos humanos.

A Lei 11.340 configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Entre as inovações, está a velocidade no atendimento aos casos. Depois que a mulher apresenta queixa na delegacia de polícia ou à Justiça, o juiz tem o prazo de até 48 horas para analisar a concessão de proteção. Além disso, a Lei Maria da Penha ampara a mulher dentro e fora de casa. Também considera a agressão psicológica e patrimonial como violência doméstica e familiar contra a mulher, ou seja, abrange abusos que não deixam marcas no corpo.

A aplicação da lei Maria da Penha contempla ainda agressões de quaisquer outras formas, do irmão contra a irmã (família); genro e sogra (família, por afinidade); a violência entre irmãs ou filhas (os) e contra a mãe (família).

Apesar de significar um marco na questão da violência doméstica, ainda falta muito para a violência contra a mulher terminar. A Lei Maria da Penha precisa ser implementada nos Estados de forma eficiente. Além disso, é preciso mudar a cultura de violência e o machismo da sociedade brasileira. Uma questão que demanda educação, trabalho e tempo.

CUNHA, Carolina, *Novelo Comunicação*, 19 ago. 2016, UOL Vestibular, Atualidades. (Adaptação)

Questão 01

No primeiro parágrafo do **Texto I**, na frase [...] *Ela foi criada para combater a violência doméstica e familiar, garante punição com maior rigor dos agressores e cria mecanismos para prevenir a violência e proteger a mulher agredida.* [...], os recursos empregados para estabelecerem a coesão referencial referente ao termo **Lei Maria da Penha** realizaram-se através dos seguintes procedimentos:

- (A) pronominalização e elipse.
- (B) hiperônimo e hipônimo.
- (C) pronominalização e hipônimo.
- (D) nominalização e hiperônimo.
- (E) elipse e nominalização.

Questão 02

A necessidade de uma lei que ratificasse o artigo 266 da Constituição brasileira deve-se ao fato de

- (A) os juízes interpretem o artigo constitucional com imparcialidade em relação aos agressores.
- (B) muitas mulheres vítimas da violência doméstica não denunciarem os agressores por medo de retaliação.
- (C) os juízes alterarem a interpretação do Código Penal em prejuízo do direito de proteção da vítima.
- (D) os juízes participarem muitas vezes da cultura do machismo da sociedade brasileira e relevarem a culpa do agressor.
- (E) a maioria dos juízes tentarem convencer a mulher de que o agressor não voltará a praticar atos violentos.

Questão 03

A *Lei Maria da Penha (Lei 11.340)*, **sancionada** em 7 de agosto de 2006, completa dez anos de **vigência**. [...]

Considerando o significado das palavras em destaque, é possível afirmar que

- (A) apesar de aprovada, a lei levou dez anos para entrar em vigor.
- (B) a lei vigorou durante dez anos, apesar de não ter sido ratificada.
- (C) a lei foi aprovada em 2006, porém levou dez anos para ser ratificada.
- (D) apesar dos dez anos de vigência, a abrangência dessa lei foi ratificada.
- (E) a sanção em 2006 permitiu a essa lei vigorar durante os últimos dez anos.

Questão 04

O principal objetivo da Lei Maria da Penha, de acordo com o Texto I, é

- (A) combater a violência física e/ou psicológica contra a mulher no âmbito doméstico e fora dele.
- (B) promover a igualdade entre homens e mulheres em todos os setores da vida social e econômica.
- (C) criar mecanismo para punir a violência doméstica, com base na subjetividade da autoridade policial e do juiz.
- (D) aumentar a velocidade das punições para as agressões à mulher, independente da notificação policial.
- (E) mudar a cultura de violência contra a mulher, originado no machismo da sociedade brasileira, através de iguais oportunidades de trabalho.

Questão 05

Os argumentos utilizados pela jornalista Carolina Cunha, no último parágrafo do **Texto I**, colocam em evidência a seguinte conclusão sobre o tema desenvolvido:

- (A) a Lei Maria da Penha ainda não foi implementada com o rigor exigido para acabar de vez com a violência contra a mulher.
- (B) a implementação eficiente da Lei Maria da Penha nos Estados é a única solução para erradicar a cultura da violência e do machismo.
- (C) além da implementação efetiva da Lei Maria da Penha, faz-se necessário educar os cidadãos para o respeito integral aos direitos da mulher.
- (D) a mudança da cultura da violência e do machismo demanda exclusivamente tempo para sua efetivação.
- (E) o fim da violência contra a mulher é uma utopia e, portanto, exige tempo e trabalho de conscientização da parte delas.

Questão 06

Segundo o **Texto I**, a Lei N° 11.340 considera como violência doméstica e familiar contra a mulher

- (A) apenas atos de agressão física que culminem na morte da vítima.
- (B) apenas situações de agressão física derivadas da coabitação do casal.
- (C) agressões físicas e psicológicas que incapacitem a mulher para o trabalho.
- (D) os casos em que a agressão física ou psicológica configure violação dos direitos humanos.
- (E) os casos que não envolvam homicídios passionais provocados por adultério feminino.

TEXTO II**Questão 07**

A reclamação do rapaz sobre a impossibilidade de abordar as mulheres por quem ele se interessa leva seu interlocutor, o outro rapaz com quem conversa, a fazer um comentário, que denota

- (A) visível desinteresse pelo assunto.
- (B) falta de entendimento da questão.
- (C) postura agressiva com o interlocutor.
- (D) alívio por não enfrentar o mesmo problema.
- (E) percepção das mudanças culturais em curso.

Questão 08

O uso do termo *mulherada* por um dos rapazes é coerente com seus valores em relação às mulheres, ou seja, ele atribui a elas características

- (A) massificadas.
- (B) individualizadas.
- (C) personalizadas.
- (D) divertidas.
- (E) elogiosas.

Questão 09

No que se refere ao *tipo de linguagem* empregado no texto de Bruno Drummond, é **CORRETO** afirmar que a *variedade padrão*

- (A) predomina, visto que a situação exige.
- (B) é adequada, pois os personagens são cultos.
- (C) não é necessária, porque a situação é informal.
- (D) deveria ter sido exclusiva, devido ao gênero textual adotado.
- (E) não deve ser usada, pois os personagens estão dialogando.

Questão 10

O Texto II apresenta um breve diálogo entre dois jovens rapazes, cuja interpretação precisa levar em conta o contexto social e cultural em que eles estão inseridos.

Considere as linguagens verbal e não verbal e, entre as opções a seguir, assinale aquela que apresenta sentido coerente para a mensagem do cartunista Bruno Drummond.

- (A) O rapaz que inicia a conversa faz uma queixa sem base sustentável no comportamento feminino engajado e contemporâneo.
- (B) O rapaz que se queixa não reconhece o potencial ofensivo das “cantadas” e não tem capacidade de adequá-las ao novo comportamento feminino.
- (C) A musculatura desenvolvida, as tatuagens e as roupas justas da moda são atrativos masculinos indispensáveis para despertar o interesse feminino.
- (D) A finalização do diálogo comprova o grau de convencimento do argumento usado por um dos rapazes para alterar a cultura machista vigente.
- (E) Ao concordar com o argumento do interlocutor, o rapaz que se queixa mostra estar convencido da sua capacidade de persuasão perante as mulheres.

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás

Questão 11

A mineração na Capitania de Goiás entrou em crise nas últimas décadas do século XVIII. A economia da região era baseada na extração do ouro e pouco diversificada.

A crise da mineração forçou a transformação da economia e do povoamento da região de Goiás e

- (A) os arraiais e demais aglomerações urbanas formadas pela riqueza da mineração permaneceram populosos e fortes economicamente devido ao ouro acumulado.
- (B) a ausência de atividade econômica alternativa, concomitante à extração mineral, causou crise econômica, quando o ouro se tornou escasso.
- (C) a população migrou majoritariamente para zonas rurais durante o século XIX, ocupou terras até então inabitadas e iniciou a agricultura em grande escala.
- (D) a pecuária tornou-se a única atividade econômica a partir do século XIX, favorecendo o protagonismo do Goiás nesse ramo no século seguinte.
- (E) os arraiais coloniais que permaneceram ativos na segunda metade do século XIX conseguiram criar economias independentes da produção no campo.

Questão 12**Um bioma “desconhecido”**

Embora virtualmente desconhecido, não só no exterior mas até mesmo por muitos brasileiros, o Cerrado abriga um verdadeiro tesouro natural. É um dos biomas brasileiros mais ricos em aves, atrás apenas da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, com diversas espécies exclusivas, que não existem em outros ambientes.

GWYNNE, J.A., RIDGELY, R.S., TUDOR, G., ARGEL, M. *Aves do Brasil – Pantanal e Cerrado*. São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

O trecho observa aspectos da flora e fauna da vegetação predominante no estado de Goiás.

Essa vegetação destaca-se pelas(os)

- (A) árvores de grande porte.
- (B) folhas miúdas e espinhos.
- (C) raízes aéreas.
- (D) arbustos retorcidos e casca espessa
- (E) pinheiros.

Questão 13

8. Pavimentação asfáltica de 5.000 km de rodovia, aumentando assim para 5.920 km, em 1960, a rede asfaltada federal, que era de 900 km em 1956.

9. Construção de 12 000 km de novas rodovias de primeira classe, aumentando para 22.000 km, em 1960, a rede federal, que era de 10.000 km em 1956.

Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek, 30 de junho de 1958. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/identem/490/Programa%20de%20Metas%20do%20Presidente%20Juscelino%20Kubitschek%20V1%201950_PDF_OCR.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2016.

A construção da rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1960, objetivava integrar a Amazônia à região centro-sul do Brasil. Sobre o tema, pode-se afirmar que

- (A) a construção representava uma estratégia geopolítica de integração e ocupação de uma região do interior do país marcada por grande ocupação demográfica.
- (B) a sua construção derivou do objetivo do governo de Juscelino Kubitschek de facilitar a vinda da mão de obra do Norte e Nordeste para a construção de Brasília.
- (C) a Belém-Brasília favoreceu o desenvolvimento de núcleos urbanos no trecho goiano da rodovia, inclusive com o surgimento de novos municípios.
- (D) o trecho goiano da Belém-Brasília teve declínio de relações comerciais com as grandes cidades após 1960 e recrudescimento da ocupação urbana.
- (E) a obra rodoviária projetada foi, dentre aquelas iniciadas durante o governo de Juscelino Kubitschek, a única que cruzou o estado de Goiás.

Questão 14

As linhas mestras da "política territorial" - políticas de povoamento, regulando o deslocamento populacional, de transporte e de comunicação - do governo Vargas seriam retomadas por JK. Como prefeito, governador e presidente, JK também investiu em políticas de transporte e comunicação e realizou, por fim, o sonho de completar os vazios do território e

preencher as lacunas da nacionalidade. A construção de Brasília pode ser entendida como uma nova "Marcha para o Oeste[...]"

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A conquista do Oeste*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>>. Acesso em: 20out. 2016.

Sobre as políticas dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek que alcançaram o estado de Goiás, é possível afirmar corretamente que

- (A) a cidade de Goiânia, inaugurada em 1942, concebida de acordo com a política territorial varguista, objetivava também afastar o centro do poder das antigas oligarquias.
- (B) os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek malograram em suas tentativas de fazer crescer econômica e demograficamente a região Centro-Oeste.
- (C) o governo de Kubitschek, ao iniciar nova “Marcha para o Oeste”, privilegiou Brasília e não conseguiu desenvolver a economia goiana nem povoar o interior de Goiás.
- (D) o presidente Getúlio Vargas deu início à construção da nova capital federal, obra que só foi terminada e inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 1960.
- (E) a política territorial de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek não logrou êxito em deslocar população para o estado de Goiás, que permaneceu um vazio

Questão 15**Centro-Oeste: Taxa de urbanização 1970 – 2010 (%)**

Ano	Goiás	Centro-Oeste	Brasil
1970	45,8	48,0	55,9
1980	67,6	67,79	67,6
1991	80,8	81,28	75,6
2000	87,9	86,73	81,3
2010	90,3	88,8	84,4

Disponível em: <http://www.observatoriodasmegacidades.net/download/GOeRMG_Censo.pdf>. Acesso em: 20

A partir desse gráfico e de seus conhecimentos sobre a população goiana, é possível afirmar que

- (A) a taxa de urbanização do Centro-Oeste na década de 1970 era inferior à de Goiás e superior à nacional.
- (B) a taxa de urbanização demonstra que a população urbana de Goiás diminuiu progressivamente desde 1970.
- (C) a população que vive em zonas rurais no estado de Goiás quase duplicou entre a década de 1970 e o ano de 2010.
- (D) as taxas de urbanização de Goiás, do Centro-Oeste e do Brasil, a partir de 1980, tenderam à convergência.
- (E) a população rural de Goiás correspondia a 19,2% em 1991, enquanto que, em 2010, o percentual rural era de 9,7%.

Conhecimentos Específicos**Questão 16**

É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para os

- (A) ocupantes de cargo público efetivo na Administração Pública direta.
- (B) integrantes das Forças Armadas.
- (C) integrantes das guardas municipais de todos os Municípios.
- (D) dirigentes de autarquias e empresas públicas.
- (E) integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados.

Questão 17

É **CORRETO** afirmar, durante a vigência do estado de defesa, que

- (A) a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, não poderá ser relaxada.
- (B) a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a cinco dias.
- (C) é vedada a incomunicabilidade do preso.
- (D) não pode haver restrição ao sigilo de correspondência.
- (E) pode haver restrições ao direito de reunião, ressalvadas, porém, as associações.

Questão 18

A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedece a princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Além desses princípios, obedece, também, ao exposto a seguir.

- (A) A investidura em cargo ou emprego público sempre depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.
- (B) O prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (C) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos em lei, apenas aos brasileiros.
- (D) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público não terá prioridade na convocação sobre novos concursados para assumir cargo público.
- (E) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Questão 19

Ao Conselho de Defesa Nacional, compete

- (A) decidir em caráter definitivo nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz.
- (B) opinar sobre a decretação do estado de defesa e do estado de sítio, mas não sobre a intervenção federal.
- (C) propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis, exclusivamente, à segurança do Distrito Federal e dos Territórios.
- (D) opinar sobre os usos das faixas de fronteira, exceto no que tange ao aproveitamento de recursos naturais.
- (E) estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

Questão 20

A propósito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O Estado não tem responsabilidade civil pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- (B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- (C) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos submetem-se sempre ao regime de responsabilidade civil subjetiva.
- (D) A responsabilidade civil do Estado por condutas comissivas é subjetiva, dependendo da demonstração de falha no serviço.
- (E) O Estado não tem direito de regresso contra seus agentes que houverem causado o dano, ainda que eles tenham atuado com dolo ou culpa.

Questão 21

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre o regime constitucionalmente previsto para os policiais militares.

- (A) São elegíveis mas, se contarem menos de dez anos de serviço, deverão se afastar de suas atividades.
- (B) São elegíveis mas, se contarem mais de cinco anos de serviço e forem eleitos, passarão automaticamente para a inatividade.
- (C) Seu tempo de contribuição será contado tanto para efeitos de aposentadoria quanto para efeitos de disponibilidade.
- (D) Seu tempo de serviço será contado tanto para efeitos de aposentadoria quanto para efeitos de disponibilidade.
- (E) Em caso de punição disciplinar militar, será cabível *habeas corpus*.

Questão 22

O crime militar de prevaricação consiste em

- (A) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (B) violar, em qualquer negócio de que tenha sido incumbido pela administração militar, seu dever funcional para obter especulativamente vantagem pessoal, para si ou para outrem.
- (C) deixar de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo, ou não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- (D) deixar, no exercício de função, de observar lei, regulamento ou instrução, dando causa direta à prática de ato prejudicial à administração militar.
- (E) entrar no exercício de posto ou função militar, ou de cargo ou função em repartição militar, antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar o exercício, sem autorização.

Questão 23

Em relação ao direito penal militar brasileiro, é **CORRETO** afirmar que

- (A) não é cabível pena de morte.
- (B) a pena de detenção sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade.
- (C) a confissão espontânea não consiste em circunstância atenuante da pena.
- (D) o assemelhado cumpre a pena conforme o posto ou graduação que lhe é correspondente.
- (E) o mínimo genérico da pena de reclusão é de seis meses, e o máximo, de trinta anos.

Questão 24

Sobre a lesão corporal praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, cabe afirmar que

- (A) em se tratando de lesão corporal grave, aumenta-se a pena em dois terços.
- (B) sendo seguida de morte, caso as circunstâncias evidenciem que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo, aumenta-se a pena em um terço.
- (C) sendo praticada contra pessoa portadora de deficiência, aumenta-se a pena em dois terços.
- (D) acarreta necessariamente pena de reclusão.
- (E) a carreta necessariamente pena de reclusão e multa.

Questão 25

Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, o seguinte procedimento, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

- (A) antes de ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência.
- (B) remeter, no prazo de 15 (quinze) dias, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.
- (C) ouvir apenas o agressor, mas não as testemunhas.
- (D) determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários.
- (E) ordenar a identificação do agressor, sem necessidade de juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais.

Questão 26

A propósito da estabilidade no serviço público, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (B) O servidor estável não pode perder o cargo em nenhuma hipótese na ordem jurídica brasileira.
- (C) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (D) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será, conseqüentemente, exonerado.
- (E) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele posto em disponibilidade até o surgimento de vaga no cargo anteriormente ocupado.

Questão 27

A pena prevista para o crime de roubo pode ser aumentada de um terço até metade, se

- (A) a violência ou ameaça é exercida de modo desproporcional à resistência da vítima.
- (B) da violência resulta morte.
- (C) a vítima está em serviço de transporte de valores, mesmo quando o agente desconhece tal circunstância.
- (D) a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Município ou Estado.
- (E) o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo a sua liberdade.

Questão 28

O crime de concussão consiste em

- (A) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- (B) solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (C) se apropriar o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- (D) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (E) deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

Questão 29

Na noção de Administração Pública direta, incluem-se as/os

- (A) autarquias.
- (B) empresas públicas.
- (C) sociedades de economia mista.
- (D) fundações públicas, tanto de direito público quanto de direito privado.
- (E) órgãos e secretarias vinculados à chefia do Poder Executivo.

Questão 30

A respeito do erro sobre elementos do tipo penal, pode-se afirmar o seguinte:

- (A) afasta a punição do agente, seja pela modalidade dolosa do crime, seja pela modalidade culposa.
- (B) isenta de pena o agente que, por erro escusável ou não, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria legítima a ação.
- (C) isenta de pena o agente que, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe que a conduta era produzida contra pessoa diversa.
- (D) isenta de pena o agente que, por erro evitável ou não, supunha que a conduta era lícita.
- (E) afasta a configuração de dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

Questão 31

A respeito dos crimes de ação penal pública, é **CORRETO** afirmar que

- (A) no caso de morte do ofendido, o direito de representação poderá ser exercido apenas pelos seus descendentes.
- (B) no caso de declaração de ausência do ofendido, o direito de representação poderá ser exercido apenas por seu cônjuge ou seus descendentes.
- (C) a ação dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça.
- (D) não se admite a ação penal privada em tais casos.
- (E) apenas assumem tal natureza os crimes contra interesse da União, Estado ou Município.

Questão 32

Assinale a alternativa que é considerada uma manifestação do valor policial militar prevista no Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás.

- (A) O sentimento de servir à comunidade estadual, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever Policial-Militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, desde que não haja risco da própria vida.
- (B) O espírito de corpo, orgulho do Policial-Militar, pela organização onde serve.
- (C) Ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados.
- (D) Acatar as autoridades civis.
- (E) Cumprir seus deveres de cidadão.

Questão 33

De acordo com o Código de Processo Penal, considera-se **indício**, a circunstância que, sendo

- (A) provável e tendo ou não relação imediata com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
- (B) conhecida e provada e tendo ou não relação imediata com o fato, autorize, por dedução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
- (C) provável e tendo relação com o fato, autorize, por dedução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
- (D) provável e tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
- (E) conhecida e provada e tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.

Questão 34

É **inválido** o ato administrativo no caso de

- (A) incompetência, como na hipótese de avocação de atribuição por agente hierarquicamente superior.
- (B) vício de forma, consistente na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades previstas em lei, ainda que não indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- (C) inexistência dos motivos, que se verifica quando a matéria de fato, em que se fundamenta o ato, é inexistente, independentemente da adequação jurídica da matéria de direito em que se fundamenta o ato.
- (D) ilegalidade do objeto, que ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
- (E) desvio de finalidade, que somente se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto explicitamente na regra de competência.

Questão 35

De acordo com o Código de Processo Penal, é **CORRETO** afirmar que, em matéria de perícia,

- (A) os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados.
- (B) a autópsia será feita, em regra, em até seis horas depois do óbito.
- (C) a exumação para exame cadavérico dispensa a lavratura de auto circunstanciado.
- (D) para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos deverão juntar necessariamente ao laudo do exame provas fotográficas.
- (E) se dispensa o exame interno do cadáver, apenas se a morte houver sido violenta.

Questão 36

Incorre na mesma pena prevista para o crime de deserção, o militar que

- (A) não se apresenta no lugar designado, dentro de sete dias, findo o prazo de trânsito.
- (B) deixa de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de cinco dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação.
- (C) deixa de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados daquele em que é declarado o estado de sítio ou de guerra.
- (D) deixa de se apresentar, dentro do prazo de cinco dias, tendo cumprido a pena.
- (E) consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, por qualquer meio.

Questão 37

Consideram-se pessoas jurídicas de direito público interno, as/os

- (A) sociedades.
- (B) organizações religiosas.
- (C) partidos políticos.
- (D) autarquias.
- (E) empresas individuais de responsabilidade limitada.

Questão 38

Constitui direito dos policiais militares do Estado de Goiás, a/o

- (A) percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico imediato ou melhoria da mesma, ao ser transferido para a inatividade, quando contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.
- (B) estabilidade, quando praça, com 5 (cinco) ou mais anos de tempo de efetivo serviço.
- (C) porte de arma, apenas durante o serviço ativo.
- (D) estabilidade, quando praça, com 3 (três) ou mais anos de tempo de efetivo serviço.
- (E) porte de arma, em serviço ativo ou inatividade, independentemente da razão da inatividade.

Questão 39

Dentre os crimes militares a seguir, é prevista a pena de reclusão apenas para o caso de

- (A) desrespeito a superior.
- (B) desrespeito a símbolo nacional.
- (C) despojamento desprezível.
- (D) assunção de comando sem ordem ou autorização.
- (E) oposição à ordem de sentinela.

Questão 40

Nos termos estipulados pela Constituição Federal, assinale a alternativa que contempla corretamente competência(s) das polícias militares.

- (A) A polícia judiciária e a apuração de infrações penais de todas as naturezas.
- (B) O patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- (C) A polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- (D) A execução de atividades de defesa civil.
- (E) A apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.

Questão 41

Conforme o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/1990), constitui crime,

- (A) privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão, ainda que resultante de flagrante de ato infracional.
- (B) prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, independentemente de paga ou recompensa.
- (C) vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, desde que onerosamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
- (D) corromper ou facilitar a corrupção de menor de 21 (vinte e um) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.
- (E) promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

Questão 42

Dentre as circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime, inclui-se aquela em que o agente tiver cometido o crime

- (A) prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher.
- (B) em estado de embriaguez voluntária ou culposa, em qualquer grau.
- (C) contra ascendente ou descendente, mas não contra seu cônjuge.
- (D) quando o ofendido prestava imediata proteção a terceira pessoa.
- (E) sob a influência de multidão em tumulto, mesmo que não o tenha provocado.

Questão 43

Da seguinte relação, o crime, consumado ou tentado, tipificado no Código Penal, é considerado como crime hediondo:

- (A) homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, desde que cometido por dois ou mais agentes.
- (B) extorsão.
- (C) estupro.
- (D) epidemia.
- (E) falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto, independentemente da sua destinação.

Questão 44

Incorre na pena prevista para o crime militar de violação ou divulgação indevida de correspondência ou comunicação aquele que

- (A) devassar indevidamente o conteúdo de correspondência dirigida à administração militar.
- (B) indevidamente se apossar de correspondência, desde que ela esteja fechada, e apenas com o objetivo de destruí-la.
- (C) indevidamente divulgar, transmitir a outrem ou abusivamente utilizar comunicação de interesse militar.
- (D) indevidamente se apossar de correspondência, embora não fechada, desde que o faça apenas com o objetivo de destruí-la.
- (E) revelar fato de que tem ciência em razão do cargo ou função e que deva permanecer em segredo.

Questão 45

De acordo com o regime constitucionalmente previsto para as Forças Armadas, é **CORRETO** afirmar que

- (A) as Forças Armadas se colocam sob a autoridade suprema do Conselho de Defesa Nacional.
- (B) aos militares, se proíbe a sindicalização.
- (C) as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos oficiais reformados, mas não aos da reserva.
- (D) o oficial apenas perderá o posto e a patente, se for julgado indigno do oficialato.
- (E) o militar, mesmo em serviço ativo, pode estar filiado a partidos políticos.

Questão 46

A propósito da hierarquia e da disciplina reguladas pelo Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Posto é o grau hierárquico do oficial, conferido pelo Comandante-Geral da Polícia Militar.
- (B) Graduação é o grau hierárquico da praça, conferido por ato do Governador do Estado.
- (C) A precedência entre policiais militares da ativa, do mesmo grau hierárquico, é assegurada pela antiguidade no posto ou na graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento.
- (D) Em igualdade de posto ou graduação, os policiais militares da inatividade têm precedência sobre os da ativa.
- (E) Quando o policial militar da reserva remunerada ou reformado fizer o uso do posto ou graduação, terá a faculdade de fazê-lo, mencionando a abreviatura respectiva de sua situação.

Questão 47

De acordo com o Código de Processo Penal, pode-se afirmar que

- (A) é indispensável o exame de corpo de delito indireto, quando a infração deixar vestígios.
- (B) o exame pode ser realizado por perito não oficial, mediante prestação de compromisso.
- (C) o exame apenas pode ser realizado por perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- (D) o exame apenas pode ser realizado em dias úteis.
- (E) o juiz ou a autoridade policial negarão o exame de corpo de delito requerido pelas partes, quando não for necessário ao esclarecimento da verdade.

Questão 48

No direito penal militar, considera-se como uma pena principal, a

- (A) perda de posto e patente.
- (B) suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.
- (C) exclusão das Forças Armadas.
- (D) suspensão dos direitos políticos.
- (E) indignidade para o oficialato.

Questão 49

Pode-se afirmar, a respeito da medida de busca e apreensão domiciliar, que

- (A) apenas pode ser realizada durante o dia.
- (B) se a própria autoridade der a busca, não precisará declarar o objeto da diligência.
- (C) recalitrando o morador, será permitido o emprego de força contra ele ou seus familiares.
- (D) em caso de desobediência, será arrombada a porta e forçada a entrada.
- (E) finda a diligência, os executores lavrarão auto circunstanciado, sendo suficiente a assinatura de uma testemunha presencial.

Questão 50

NÃO constitui uma medida cabível na vigência do estado de sítio, a

- (A) detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- (B) suspensão da liberdade de reunião.
- (C) restrição da liberdade de imprensa.
- (D) busca e apreensão, exceto em domicílio.
- (E) requisição de bens.

Questão Discursiva**Texto Motivador**

Leia as informações deste artigo sobre a Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha modernizou nossa legislação, criando mecanismos para a prevenção e a proteção das mulheres, assim como a punição de quem pratica a violência doméstica, considerando esse tipo de violência como uma das formas de violação aos consagrados direitos

De acordo com a Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Os números, porém, não refletem, na prática, a evolução pretendida. Segundo o Mapa da Violência, pesquisa divulgada em 2015 pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), em uma relação de 83 países, o Brasil ocupa a 5ª colocação como país onde mais ocorrem casos de homicídios femininos. De acordo com a mesma pesquisa, o principal agressor continua sendo o cônjuge ou o companheiro, com 73% dos casos relatados. Já outra pesquisa realizada em 2013 pelo Instituto DataSenado, aponta que 99% das mulheres brasileiras já ouviram falar dessa lei, o que é positivo. No entanto, o número de mulheres que denunciam seus agressores não aumentou na mesma proporção. Somente 35% das mulheres que já sofreram violência doméstica procuraram uma delegacia para formalizar uma denúncia. Aí o lado sombrio, que reside na aplicação dessa lei.

SILVA, Beatriz Tavares da. 10 Anos de Lei Maria da Penha: luz e sombra. O Estado de São Paulo, São Paulo, ago. 2016.

Considerando-se a relevância da atuação do policial militar para a segurança da população, e com base nos seus estudos específicos sobre a formação acadêmica e a atuação desses profissionais, desenvolva a questão discursiva apresentada a seguir.

Elabore um texto dissertativo de 20 (vinte) a 30 (trinta) linhas sobre a importância da Lei Maria da Penha (Lei N° 13.140/2006) para a prevenção e repressão à violência doméstica contra a mulher. Ressalte os alcances e as limitações da lei e analise a importância da atuação policial para a proteção da mulher vítima de violência doméstica.

Rascunho

5

10

15

20

25

30
